

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONSTITUIÇÃO FEDERAL
RESUMO
Este material busca discutir de que forma o Estado, dentro de suas funções e nas diferentes concepções acerca de seu papel no mundo contemporâneo, pode promover uma gestão pública de excelência, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Também vamos estudar como tais políticas podem ser adotadas enquanto políticas de governança.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO FORMAÇÃO DO ESTADO E DO GOVERNO A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E GOVERNO ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 2 INTRODUÇÃO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPARADA GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 3 INTRODUÇÃO GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES
AULA 4 INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CONCEITOS CONTEXTOS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO FUNDAMENTOS LEGAIS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO PARTICIPATIVO
AULA 5 INTRODUÇÃO O DIREITO À CIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
AULA 6

INTRODUÇÃO
DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO
CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ANÁLISE DO SERVIÇO PÚBLICO
PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR
CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- SANTOS, C. S dos. Gestão pública participativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- COSTA, L. de F. L. G.; CAMELO, G. L. P. Gestão pública participativa: aspectos de governabilidade e interação político-social. Holos, ano 26, v. 2, 2010.
Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/327>.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2010.

DISCIPLINA:

FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

RESUMO

Caro aluno, nesta disciplina vamos apresentar assuntos interessantes que impactam a nossa vida. Você é nosso convidado para refletir sobre temas que dizem respeito à gestão das finanças públicas. Vamos lá? Começamos com uma pergunta: quando começa a nossa relação com o setor público? Bem, o setor público está associado à prestação de serviços pelo Estado, aos cidadãos de um país. Desde o momento em que acordamos, nos relacionamos com diversos serviços prestados pelo Estado, de forma direta ou indireta: ao acordar, ligamos o interruptor para iluminar a casa, vamos tomar banho, escovar os dentes, fazer e tomar café da manhã e nos reparamos para sair (para o trabalho ou para os estudos). Depois, pegamos o transporte público ou nosso veículo próprio e chegamos ao nosso destino matinal. Consegue perceber quando começa a nossa relação com o setor público?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FINANÇAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E TEORIA
ESPÉCIES DE ORÇAMENTOS
FUNÇÕES DO GOVERNO
FONTE NORMATIVA DO DIREITO FINANCEIRO BRASILEIRO

AULA 2

NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO BRASILEIRO
CICLO ORÇAMENTÁRIO
PLANO PLURIANUAL (PPA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

AULA 3

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS EXPLÍCITOS NA LEI N. 4.320/1964
PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO E DA DISCRIMINAÇÃO
PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE
PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DAS DESPESAS
OUTROS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

AULA 4

HISTÓRICO E OBJETIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS E IMPLANTAÇÃO DA LEI)
PRINCÍPIOS DA LRF
LICITAÇÕES PÚBLICAS CONCEITOS, OBRIGATORIEDADE
MODALIDADES DE LICITAÇÕES PÚBLICAS
LICITAÇÃO DISPENSADA E LICITAÇÃO DISPENSÁVEL

AULA 5

CRIMES DE RESPONSABILIDADE E CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS
GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO
GESTÃO DE RISCOS
COMPLIANCE (PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO GOVERNO FEDERAL)
PERSPECTIVAS FUTURAS NA ÁREA DE CONTROLE (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA, INTERNET DAS COISAS ETC.)

AULA 6

AUDITORIA GOVERNAMENTAL (FINALIDADE, OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA): NBASP 100 – CORRESPONDENTE À ISSAI 100
AUDITORIA GOVERNAMENTAL: NBASP NÍVEIS 1, 2 E 3
NBASP 3000 – NORMA PARA AUDITORIA OPERACIONAL; NBASP 300 – ISSAI 300
NBASP 4000 – NORMA PARA AUDITORIA DE CONFORMIDADE
NBASP 200 – ISSAI 200 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Glossário de Termos. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.
- PALUDO, A. Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

DISCIPLINA:

INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

A Administração Pública está inserida em um ambiente excessivamente complexo, em que as mudanças acontecem de maneira imprevisível e com um ritmo acelerado. Em virtude disso, a amplitude das diversidades de fatores internos e externos influenciam o desempenho organizacional. Neste contexto, a Administração Pública deve estar sempre inovando e apresentando as boas práticas no gerenciamento da coisa pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ESTADO, GOVERNO E NAÇÃO
POLÍTICAS PÚBLICAS
SERVIÇOS PÚBLICOS
FALHAS DE GOVERNO

AULA 2

INTRODUÇÃO

MODELO BUROCRÁTICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODELO GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS MODELOS BUROCRÁTICO E GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

NOVA GESTÃO PÚBLICA NAS REFORMAS SOCIAL-DEMOCRÁTICA E SOCIAL-LIBERAL

AULA 3

INTRODUÇÃO

VALORES UNIVERSAIS

ÉTICA E CIDADANIA NA GESTÃO PÚBLICA

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO E A LEI Nº 12.527/2011

A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA A GESTÃO POR RESULTADOS

GOVERNABILIDADE, GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

AULA 5

INTRODUÇÃO

ESTRUTURAÇÃO DO CUSTOMER SUCCESS

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

PAPEL DO PARLAMENTO NA EFICÁCIA DO DESENVOLVIMENTO E NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AULA 6

INTRODUÇÃO

ODS 1 E ODS 5

ODS 9 E ODS 10

MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E PARCERIA GLOBAL

ESTRATÉGIAS PARA INCORPORAR A AGENDA 2030 NO BRASIL

BIBLIOGRAFIAS

- PEREIRA, L. C. B. Estado, aparelho de Estado e sociedade civil. Texto para discussão. Brasília, ENAP, 1995. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/95-Estado_aparelho_do_estado_sociedade_civil-TD-ENAP.pdf.
- BRUDEKI, N. M.; BERNARDI, J. Gestão de serviços públicos. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- PALLUDO, A. V. Administração pública: teoria e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DISCIPLINA:

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Com o advento do século XXI, temos uma ruptura teórica e prática na administração pública, passando do Estado dito burocrático para o Estado gerencial. Essa nova abordagem possui também o nome de nova administração pública, como consequência do entendimento de que os modernos Estados não são meramente instrumentos que visem somente à garantia de contratos e da propriedade, mas também que formulem e implementem políticas públicas estratégicas para o cidadão e para a sociedade, tanto na esfera social quanto na tecnológica e na científica. Logicamente, o século XX foi determinado pelas fortes transformações na revolução tecnológica. A internet trouxe radicais mudanças no modo de vida, principalmente na forma como nos comunicamos, interagimos e obtemos informações. Assim sendo, o tema que ganhou notoriedade é inovação, sinalizando que, somado ao conhecimento, desempenha um papel fundamental e relevante na economia moderna.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
A GESTÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CLIENTE
HABILIDADES E COMPETÊNCIAS
ADMINISTRAR É DECIDIR!
DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO

AULA 2

INTRODUÇÃO
MODELOS DE ESTADO
MUNDO DA ADMINISTRAÇÃO: INOVAÇÃO
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
MODELOS DE ESTADO

AULA 3

INTRODUÇÃO
O INESPERADO
INCONGRUÊNCIAS
MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO
A IDEIA BRILHANTE

AULA 4

INTRODUÇÃO
GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE
A REFORMA BRASILEIRA
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 5

INTRODUÇÃO
PROJETO INOVAGOV
APRENDIZADO COM O INOVAGOV
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
O CAMINHO PARA A INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO

TENDÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO

A PROLIFERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: BASES E EFEITOS

MAIS SOBRE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

INOVAÇÃO COMO UM IMPERATIVO

BIBLIOGRAFIAS

- TAMURA, A. A vã inovação no setor público. 2017. Disponível em: <http://www.wegov.net.br/inovacao-no-setor-publico>.
- QUEIROZ, R. G. M.; CKAGNAZAROFF, I. B. Inovação no setor público: uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados à inovação no setor público. RAP, Rio de Janeiro, v. 44, n.3, p. 679-705, maio/jun. 2010. Disponível em www.spell.org.br/documentos/download/2300.
- POLLITT, C.; HUPE, P. Talking about government: the role of magic concepts. Public Management Review, v. 13, n. 5, p. 641-658, jun. 2011.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE PESSOAS - FOCO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

O curso de gestão de pessoas na área pública compreende vários aspectos, dentre eles: tendências e desafios na era digital; carreira do servidor público; gestão de pessoas no setor público e gestão de talentos; gestão de talentos como instrumento para a melhoria de desempenho; gestão de talentos como instrumento para a transformação e política governamental para gestão de pessoas. Todos eles serão abordados nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

IMPACTOS: GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

FATOR HUMANO

HABILIDADES NA GESTÃO DE PESSOAS

PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 2

CARTA IBERO-AMERICANA DA FUNÇÃO PÚBLICA

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 1

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 2

CÓDIGO DE ÉTICA (DECRETO N. 1.171/1994), VEDAÇÃO AO NEPOTISMO (SÚMULA

VINCULANTE N. 13) E PROCESSO DISCIPLINAR (LEI N. 8.112/1990)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS

GESTÃO DE TALENTOS

DO CONCURSO PÚBLICO À INTEGRAÇÃO

RECOMPENSAR E DESENVOLVER

MANTER E AVALIAR

AULA 4

CONSTRUÇÃO DE UM MODELO GERENCIAL

GESTÃO DE COMPETÊNCIA

GESTÃO DO CONHECIMENTO
COMPORTAMENTO E MOTIVAÇÃO
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 5

TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL
LIDERANÇA (PARTE I)
LIDERANÇA (PARTE II)
COACHING
INOVAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (IPEA)
POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS
PLANO DE CAPACITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.
- KNAPIK, J. Gestão de Pessoas e Talentos. Curitiba: IBPEX, 2008.
- PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 120, n. 1, p. 7-40, jan./abr. 1996.

DISCIPLINA:

POLÍCIA COMUNITÁRIA E SEGURANÇA PÚBLICA

RESUMO

A política de segurança pública é uma resposta do Estado à necessidade coletiva de segurança, de confiar nela e percebê-la consignada no regime democrático representativo e também legitimada pela legislação específica, por responsabilidade da governança, no âmbito municipal, estadual e federal, com responsabilidades proporcionais e objetivadas em termos legais, (Fischer, 1985). É um dever do Estado, por meio de poderes constitucionais, o poder de legislar, executar, bem como o poder judiciário. Veremos nesta disciplina que a política de segurança pública é, de fato, um direito individual e coletivo, ou seja, a segurança é direito da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

POLÍTICAS SOCIAIS - SEGURANÇA PÚBLICA
PRINCÍPIOS DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: FATORES E PRINCÍPIOS
POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: OS FATORES
POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: DESTAQUES SOBRE ALGUNS FATORES

AULA 2

POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA
TIPIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍTICAS MINIMALISTAS E POLÍTICAS GERAIS
POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS VERSUS POLÍTICAS REGULADORAS
POLÍTICAS PREVENTIVAS PRIMÁRIAS VERSUS POLÍTICAS ESTRUTURAIS

AULA 3

UMA UNIDADE COMPLEXA: CRIMINALIDADE E POBREZA. SOBRE O QUE FALAMOS ?
POBREZA E CRIMINALIDADE
PUNIÇÃO DOS POBRES
PERFIL DOS APRISIONADOS NO BRASIL
PERFIL DAS VÍTIMAS DE CRIMES NO BRASIL

AULA 4

ESPAÇO SOCIOJURÍDICO
SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO
SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO
SERVIÇO SOCIAL NAS MEDIDAS DA SOCIOEDUCAÇÃO
SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL

AULA 5

DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO: DEFESA DE DIREITOS
DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO: LAUDOS, PERICIAS E OUTROS
DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO: ALIENAÇÃO PROFISSIONAL
PROJETO ÉTICO- POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: UM DESAFIO
SERVIÇO SOCIAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- FISCHER, R. M. O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana. Petrópolis/RJ: Vozes, CEDEC, 1985.
- ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. Public Security in the Americas: Challenges and Opportunities (2nd edition). Tradução livre de Juvanira Mendes. Washington, DC (EUA): OAS Official Records Series, 2008.

DISCIPLINA:

PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)

RESUMO

Atualmente, vemos que a sociedade está cada vez mais ávida por conhecer como funciona a estrutura pública que dá sustentação ao Estado; em outras palavras, a população passa a compreender que seu papel vai além do processo eleitoral, devendo estar presente no dia a dia da gestão pública. Quando se trata de estrutura pública, ela é composta por formas pelas quais a administração pública se organiza para cumprir seu dever, que é prover o melhor atendimento à população. Nessa organização, temos a divisão das responsabilidades e como as atividades serão distribuídas entre todas as unidades da gestão pública. Por exemplo, temos como organização dos serviços do Estado a administração pública direta, aquela prestada diretamente pelo Poder Público, em todas as suas instâncias, enquanto a indireta é prestada por empresas de personalidade jurídica instituídas pelo Poder Público para prestar esses serviços, como autarquias, fundações, empresas públicas, empresas de sociedade mista.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O QUE É ACCOUNTABILITY
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA
ESTUDO DE CASO: O NEPOTISMO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 2

INTRODUÇÃO
ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA
ACCOUNTABILITY E OS DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PRIVADA
ESTUDO DE CASO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

INTRODUÇÃO
ACCOUNTABILITY VERTICAL
ACCOUNTABILITY SOCIAL (SOCIETAL)
RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA
ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 4

INTRODUÇÃO
MECANISMOS E TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS PARA ACCOUNTABILITY
PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA
RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA
ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 5

INTRODUÇÃO
DIFERENÇA ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA
OBJETIVOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA
MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
PRÁTICAS: LANÇAMENTOS EM BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA PREFEITURA

AULA 6

INTRODUÇÃO
OBJECTIVE AND KEY-RESULTS (OKR)
KPIs DE ACCOUNTABILITY
CULTURA E RESPONSABILIDADE DE ACCOUNTABILITY
PRÁTICAS: OKRS VOLTADOS PARA A GESTÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA DE UMA PREFEITURA

BIBLIOGRAFIAS

- TESOURO NACIONAL. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - União. 2021b. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorioresumido-da-execucao-orcamentaria-rreo-uniao>.
- SIRAQUE, V. Controle social da função administrativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- RIBZUK, P.; NASCIMENTO, A. R. do. Governança, governabilidade, accountability e gestão pública: critérios de conceituação e aferição de requisitos de legitimidade. Revista Direito Mackenzie, v. 9, n. 2, p. 219-236, 2015.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRATÉGICA - PLANEJAMENTO, FERRAMENTAS E IMPLANTAÇÃO
RESUMO
Planejamento é fundamental para qualquer atividade, seja ela pessoal ou organizacional. Começamos nosso dia planejando as atividades que precisamos executar, para podermos organizar nossa agenda e não perdermos nossos compromissos. Esse simples planejamento inclui determinar quais as atividades que temos para realizar naquele dia, ajustar os tempos para a realização de cada tarefa (incluindo as que não são nosso foco – como pegar ônibus, ou calcular o tempo que perdemos parados no trânsito). Temos também que pensar quais são as prioridades, definir previamente se precisamos levar algum item para atividades diferenciadas (por exemplo: para à faculdade, precisamos levar o material de estudo; para a academia temos que levar a roupa de ginástica etc.), e ainda os custos: quanto preciso levar para transporte, alimentação, entre outros.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO MISSÃO VISÃO VALORES OBJETIVOS
AULA 2 INTRODUÇÃO PLANO DE AÇÃO – 5W2H MATRIZ GUT PLANEJAMENTO POR CENÁRIOS MODELO DAS CINCO FORÇAS DE PORTER
AULA 3 INTRODUÇÃO MATRIZ BCG MATRIZ GE-MCKINSEY CANVAS BALANCED SCORECARD (BSC)
AULA 4 INTRODUÇÃO CONTROLE E VERIFICAÇÃO EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO VANTAGENS DE SE CONSTRUIR UM BOM PLANEJAMENTO LIMITAÇÕES DO PLANEJAMENTO
AULA 5 INTRODUÇÃO PLANEJAMENTO PÚBLICO NO BRASIL PLANO PLURIANUAL LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

ESTABELECIMENTO DE OBJETIVOS NO PLANEJAMENTO PÚBLICO

O PERFIL DO GESTOR PÚBLICO PARA O PLANEJAMENTO

BENEFÍCIOS DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DIFICULDADES DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. São Paulo: Campus, 2007.
- CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- COBRA, M. H. N. Administração de marketing. São Paulo: Atlas, 1992.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE PÚBLICA

RESUMO

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui aspectos como qualquer outra ciência: um objeto de estudo, um objetivo e campos de aplicação. O objeto da ciência contábil, em seu sentido amplo, é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade. Assim como ocorre em outras ciências, a contabilidade possui ramificações, seja para fins acadêmicos, seja para profissionais. Por ser a contabilidade governamental uma dessas ramificações da ciência contábil, não poderia ter um objeto diferente da ciência que a origina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ENTIDADES A QUE SE DESTINA A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

LEIS E REGULAMENTOS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS

ESTRUTURA CONCEITUAL APLICADA À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL (NBC TSP)

AULA 2

INTRODUÇÃO

REGIMES CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO

AULA 3

INTRODUÇÃO

INSTRUMENTOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO

RECEITA PÚBLICA

DESPESA PÚBLICA

ILUSTRAÇÃO – ETAPAS DA RECEITA E DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

AULA 4

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO PCASP
NATUREZA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL
LANÇAMENTOS E REGRAS DE INTEGRIDADE
SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)

AULA 5

INTRODUÇÃO
COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIAS

- SOBRE O TESOUREIRO Nacional. Tesouro Nacional, 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ASbQY5uUH8>.
- ZEFF, S. A. A evolução do lasc para o lasb e os desafios enfrentados. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 25, p. 300-320, set./dez. 2014.
- FEIJÓ, P. H. Entendendo as mudanças na contabilidade aplicada ao setor público. Brasília: Editora Gestão Pública, 2013.

DISCIPLINA:

INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

RESUMO

A tecnologia permeia nossas vidas. Diariamente, utilizamos diversas tecnologias, seja no trabalho, no lazer, na comunicação com as pessoas, nos estudos e, evidentemente, em nossa segurança, seja pessoal ou pública. O domínio sobre as aplicações e a compreensão de suas limitações trará ao profissional de segurança pública a capacidade de análise necessária para posicionar-se diante das demandas diárias da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO E VÍDEOVIGILÂNCIA
TECNOLOGIAS DE COMPRESSÃO
ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEO
ARMAZENAMENTO DE IMAGENS

AULA 2

INTRODUÇÃO
SOFTWARES DE APOIO INVESTIGATIVO
BIG DATA E ANÁLISE DE DADOS
OPERAÇÕES COM DRONES
CONTRAMEDIDAS E RADARES DE PROTEÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTRAMEDIDAS TECNOLÓGICAS
AS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS
A INTERNET DAS COISAS (IOT)
APLICANDO SOLUÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO
FUSÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
APLICATIVOS MÓVEIS
PLATAFORMAS DE INTEGRAÇÃO
CENTROS DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS
DEEP LEARNING
APLICAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA
ESTUDO DE CASOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO
RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS
PLATAFORMAS DE GESTÃO
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, C. A. B. Tecnologias aplicadas à segurança: um guia prático. Curitiba: InterSaber, 2018.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ATOS ADMINISTRATIVOS
PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO
PODERES ADMINISTRATIVOS
CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO
MODALIDADES DA LICITAÇÃO
EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS
TIPOS DE CONTRATO
CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS
EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014
CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À
GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm.
- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 5. ed. Salvador, BA: Editora Juspodium, 2017.

- FILHO, J. dos S. C. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

DISCIPLINA:

ÉTICA, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

RESUMO

Este material objetiva refletir sobre alguns dos conceitos necessários para a vivência em sociedade – a vida na pólis –, destacamos os de ética, oral e moralidade para que, ao compreender suas funções e distinções conceituais, possamos pensar de modo mais aprofundado sobre sua importância na vida cotidiana dos sujeitos e das sociedades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONCEITOS DE ÉTICA

CONCEITOS DE MORAL

CONCEITOS DE MORALIDADE

CONCEITOS, DISTINÇÕES E IMPLICAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO

O PROGRESSO MORAL

CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL

O PROGRESSO MORAL E O PROGRESSO HISTÓRICO SOCIAL – CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO

PROGRESSO MORAL E PROGRESSO HISTÓRICO-SOCIAL: EM FACE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E DA VIDA NA PÓLIS

AULA 3

INTRODUÇÃO

RELAÇÕES ENTRE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

ORIGENS DO CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA

NOVAS MODALIDADES DE GESTÃO: PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO PÚBLICA

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4

INTRODUÇÃO

A EXCELÊNCIA E A EFICIÊNCIA: IMPRESCINDÍVEIS À TRANSPARÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA

A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUAS DECORRÊNCIAS

OS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

O IMPACTO DA ÉTICA E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE GLOBAL NO CONTEMPORÂNEO

AULA 5

INTRODUÇÃO

A VIVÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA

A LEGALIDADE, A VERACIDADE E A TRANSPARÊNCIA COMO CONSTITUTIVOS DA ÉTICA NA VIDA PÚBLICA

A LEI N. 12.527/2011 E O ACESSO A INFORMAÇÕES E SEUS ASPECTOS ÉTICOS-MORAIS

A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ETICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E O PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

AULA 6

INTRODUÇÃO

FATORES ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA

O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E A LEI N. 12.527/2011

A NOVA CONCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E AS PRÁTICAS DA COMPLIANCE
TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ALGUMAS
COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS AO GESTOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- RODRIGUES, Z. A. L. Ética, cidadania e responsabilidade social nas instituições educativas. Curitiba: Camões, 2008.
- SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006.
- JAEGER, W. A Paidéia – a formação do homem grego. São Paulo: Cortez, 2000.